

# V JORNADAS CIENTÍFICAS LUSO ESPANHOLAS

## um olhar sobre a administração da Justiça

### Coordenação científica:

Professor Doutor António Pedro Barbas Homem  
Prof.<sup>a</sup> Doutora Isabel Graes  
Prof.<sup>a</sup> Doutora Ana Cristina Nogueira da Silva

### Coordenação executiva:

Prof.<sup>a</sup> Doutora Isabel Graes  
Prof.<sup>a</sup> Doutora Ana Cristina Nogueira da Silva  
Luís Cabral de Oliveira  
Jorge Testos

### Secretariado:

Mestre Cláudia Duarte  
Mestre Janaina Bueno

### COM A PARTICIPAÇÃO DE:

Martim de Albuquerque (THD-FDUL)  
Rui Figueiredo Marcos (DIRECTOR DA FDUC)  
António Pedro Barbas Homem (THD-FDUL)  
Eduardo Vera-Cruz Pinto (THD-FDUL)  
José Artur Duarte Nogueira (THD-FDUL)  
Isabel Graes (THD-FDUL)  
Pedro Ortego-Gil (USC)  
José Sanchez Arcilla-Bernal (UCM)  
Remédios Morán (UNED)  
António Manuel Hespanha (CEDIS-FDUNL)  
Sílvia Alves (THD-FDUL)  
Pedro Velez (CEDIS-FDUNL)  
Pilar Santa Maria (UCM)  
Maria Dolores Cruz (UCM)  
Luís Bigotte Chorão (Jurista do Banco de Portugal e Historiador)  
Susana Garcia León (UCM)  
Luís Eloy Azevedo (Procurador da República e Historiador)  
Jorge Silva Santos (THD-FDUL)  
José Manuel Pérez-Prendes Muñoz-Arraco (UCM)  
José Subtil (UAL)  
Mafalda Soares da Cunha (U. Évora e ICS-UL)  
António Castro Nunes (U. Évora-CIDEHUS)  
Luís Cabral de Oliveira (CEDIS-FDUNL)  
Ricardo Roque (ICS-UL)  
Cristina Nogueira da Silva (CEDIS-FDUNL)  
Jorge Testos (THD-FDUL)  
Paulo Silveira e Sousa (CHAM-FCSH)  
Nuno Camarinhas (CEDIS-FDUNL)  
Miguel Romão (THD-FDUL)  
Joana Estorninho de Almeida (CEDIS-FDUNL)

ORGANIZAÇÃO:



Teoria e História do Direito  
Centro de Investigação da ULisboa  
Theory and History of Law  
Research Institute of the University of Lisbon

Participação  
mediante inscrição

30€ por dia

15€ - Alunos de licenciatura,  
mestrado e doutoramento

Contactos 217984600, ext. 10302  
Inscrições  
claudiaeliasduarte@fd.ulisboa.pt

**30**  
NOVEMBRO 2015 . segunda-feira  
**das 9:30 às 19**  
Auditório da Faculdade  
de Direito da Universidade de Lisboa

**1**  
DEZEMBRO 2015 . terça-feira  
**das 9:30 às 17**  
Auditório B da Reitoria da Universidade  
Nova de Lisboa

### TEMAS

1 . **CONSIDERAÇÕES GERAIS** HISTÓRIA DA JUSTIÇA: CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS | PODE HAVER REFORMA DA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA SEM REFORMA DO ESTADO? 2 . **TRIBUNAIS SUPERIORES** RECURSOS PARA O TRIBUNAL SUPERIOR NO TERRITÓRIO PORTUGALENSE E PORTUGUÊS | RECURSO À COROA: UM EXEMPLO DE CONTROLO RÉGIO OU A APLICAÇÃO DA RECTA IUSTITIA? | LOS ORÍGENES DE LA ESTADÍSTICA JUDICIAL EN ESPAÑA 3 . **ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA NO ANTIGO REGIME** LA ORGANIZACIÓN JUDICIAL EN INDIAS | EL PROCESO DE REVERSIÓN DE SEÑORÍOS A LA CORONA EN EL SIGLO XVIII. UNA TRAMITACIÓN INFRUCTUOSA | GEOGRAFIA JUDICIÁRIA DE ANTIGO REGIME. A LITIGIOSIDADE NO REINO NO PERÍODO VINTISTA | ARBITRIUM IUDICIS NA JUSTIÇA PENAL DO ANTIGO REGIME 4 . **A REPÚBLICA E A JUSTIÇA** REFORMAS JUDICIALES DURANTE LA DICTADURA DE PRIMO DE RIVERA | LA ADMINISTRACIÓN DE JUSTICIA DEL PRIMER FRANQUISMO: ¿RUPTURA O CONTINUIDAD? | AUTORITARISMO E ESTATUTO JUDICIÁRIO | LA ORGANIZACIÓN JUDICIAL DURANTE LA II REPÚBLICA ESPAÑOLA | 1974-1976 A JUSTIÇA NA REVOLUÇÃO | REFRACÇÕES DA TEORIA GERAL DO DIREITO NA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA: A FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES NO ESTATUTO JUDICIÁRIO DE 1944 E NO REGULAMENTO DAS INSPECÇÕES JUDICIAIS DE 2012 5 . **A JUSTIÇA ULTRAMARINA (I)** EL GRAN MEMORIAL COLOMBINO. UN TEXTO DESCONOCIDO | OS MAGISTRADOS E A JUSTIÇA NO BRASIL COLONIAL | TERRITORIALIZAÇÃO E PODER NA AMÉRICA PORTUGUESA A CRIAÇÃO DE COMARCAS, SÉCULOS XVI-XVIII 6 . **A JUSTIÇA ULTRAMARINA (II)** ENTRE REINÓIS LETRADOS E NATURAIS PROVISIONÁRIOS: O EXERCÍCIO DA MAGISTRATURA EM GOA DE 1822 A 1837 | O ENIGMA DOS CARACTERES CHINESES: O JUIZ ALBANO DE MAGALHÃES E A JUSTIÇA COLONIAL PORTUGUESA (c. 1890-1910) | ADMINISTRAR A JUSTIÇA E IMAGINAR TERRITÓRIOS NOS ESPAÇOS ULTRAMARINOS PORTUGUESES, SÉCULO XIX-XX 7 . **OFÍCIOS JUDICIAIS E JULGADORES** OFÍCIOS DA JUSTIÇA E JULGADORES: REFORMAS E CARREIRAS NOS TRIBUNAIS SUPERIORES (SÉCULOS XVI-XVII) | OFICIAIS E MAGISTRADOS NO ANTIGO REGIME (1736-1834) | O RECRUTAMENTO DE MAGISTRADOS NO PERÍODO CONSTITUCIONAL | O JUIZ DA PRISÃO | A CONSTRUÇÃO DE UM MINISTÉRIO LIBERAL: A SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS ECLESIASTICOS E DA JUSTIÇA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

COM O APOIO DE:

